

Medida para baratear passagem de ônibus

Governo federal quer fazer convênio com estados e municípios para bancar parte da tarifa e reduzir valores

O governo federal vai pagar 5% do valor das tarifas de ônibus para municípios com mais de 60 mil habitantes. A ação visa reduzir o preço da passagem. O subsídio chegará a 10%, somando 3% de participação dos estados e 2% dos municípios.

A proposta, que está sendo avaliada pelo Ministério da Fazenda, atende a uma reivindicação da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Espera-se que a medida seja implantada no próximo ano, com R\$ 300 milhões a R\$ 600 milhões previstos no orçamento, dependendo de quantas cidades aderirem.

O sistema Transcol, que atende à região metropolitana, já con-

ta com subsídio de 12% do governo do Estado, além de isenções de tributos. Mas o presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV, Marcelo Ferraz, ressaltou que a participação da União entrará na conta, reduzindo, ou até impedindo, o próximo reajuste em janeiro.

Vitória e Vila Velha, entretanto, que contam com sistemas municipais, terão que calcular quanto custará aos cofres públicos repassar 2% do valor da tarifa, para receber a ajuda federal, reduzindo o valor final da passagem, ou do reajuste, para a população.

O secretário-substituto de Transportes e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Luiz Carlos Bertotto, explicou que o projeto, já discutido com

empresas e municípios, será apresentado agora aos estados.

“A medida só será possível em três esferas. Somente os estados e municípios que participarem, com o percentual mínimo determinado, receberão o subsídio, que será repassado diretamente aos gestores”, ressaltou.

O projeto inicial previa redução em tributos, o que foi rejeitado pelo Ministério da Fazenda. Já os municípios e estados poderão definir se a parte deles saíra do orçamento ou da isenção de ISS e ICMS, respectivamente.

Bertotto ressaltou que, como contrapartida, os gestores do transporte também terão que cumprir algumas exigências, como combater o transporte clandestino e investir na integração dos sistemas.

“O governo federal não é responsável por esses serviços, mas resolvemos intervir devido à grande crise nos serviços que está presente em todo o País. As empresas reclamam que os insumos são muito caros e a população não consegue mais pagar tarifa”, observou.



Passageiros vão ser beneficiados com nova medida.

O PROJETO PARA DIMINUIR A PASSAGEM

MINISTÉRIO DAS CIDADES

- O projeto do governo federal prevê a liberação de verba aos municípios, com mais de 60 mil habitantes, para que as prefeituras repassem para as empresas de ônibus, cobrindo 5% do valor da tarifa.
- Para 2007, devem ser disponibilizados entre R\$ 300 milhões e R\$ 600 milhões. O valor será incluído no orçamento, não tendo relação com isenção de tributos federais.
- O subsídio será possível através de um convênio entre governo federal, com participação de 5%, e estados, com subsídio de 3%, e municípios, participando com 2% da tarifa. Isso permitirá uma redução de 10% nas tarifas.
- Os estados e municípios poderão definir se o subsídio será através da isenção de impostos (ICMS e ISS), ou através de verbas incluídas no orçamento.

- Os estados e municípios que receberem o subsídio também terão que cumprir exigências, que incluem: melhorar os sistemas de integração, a produtividade dos sistemas, reduzir custos e combater o transporte clandestino.

EMPRESAS

A Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) iniciou a discussão sobre redução de tarifas,

Os Impostos sobre a Tarifa*

DIRETOS	
Tributos federais	3,65%
Tributos e taxas municipais	8%
Encargos sociais	10,28%
INDIRETOS (PRINCIPAIS)	
ICMS sobre óleo diesel	4,5%
ICMS sobre veículos	1,2%
Cide e Pis/Cofins sobre óleo diesel	3,75%
Total	31,38%

*dados da NTU

apresentando projeto com as seguintes propostas, que permitiriam a redução da tarifa em 40%:

- Desoneração ou subsídio aos principais custos: redução do preço do óleo diesel em 50%; alíquota zero de ICMS para veículos.
- Redução dos Tributos Diretos e Encargos Sociais: Alíquotas zero nos impostos nas esferas federal, estadual e municipal.
- Custeio extratratário das gratuidades e descontos: Subsídio para gratuidade de idosos, paga com recursos do governo federal; uso de recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento Escolar (FNDE) para custear os 50% restantes do passe escolar.
- Melhoria da Eficiência e Eficácia das Redes de Transporte Público: Priorização do transporte coletivo no sistema viário, e eliminação da concorrência predatória, com combate aos clandestinos.

Empresa admite reajuste menor

Para o secretário-executivo do Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus), Marcos Rothen, a medida do governo federal de subsidiar parte da tarifa é bem-vinda e pode reduzir impacto do próximo reajuste.

“Hoje, trabalhamos com 5% de déficit que, com o aumento de salários, vai aumentar em mais 5%. Esperamos que o projeto entre em vigor já em janeiro, para diminuir o impacto do próximo reajuste. O transporte é uma prioridade e necessita de políticas públicas”, ressaltou.

O diretor-presidente da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV), Marcelo Ferraz, que participou das discussões nacionais para redução da tarifa de ônibus, considerou tímida a proposta do governo federal para subsídio de 10%.

“É um índice baixo em relação à realidade nacional e ao que foi solicitado pelos órgãos que participaram dos debates. Mas, assim que viabilizado, o recurso será repassado para a conta da tarifa”, disse.

Ferraz ressaltou que, desde o início do ano, o Estado já subsidia 12% das passagens, o que representa R\$ 24 milhões no orçamento. As empresas também estão isentas do ISS, da alíquota de 17% do ICMS, do IPVA dos veículos, redução em 5% na alíquota sobre o preço do diesel, e não pagam o pedágio da Terceira Ponte.

“A idéia de subsidiar a tarifa é uma necessidade nacional e nós nos antecipamos, porque o usuário de transporte tem insumos muito altos e não é justo que o usuário do sistema, que é a parcela mais pobre da sociedade, arque sozinho com os custos”, ressaltou.

BRUNO ZORZAL - 09/03/2006

Prefeituras vão avaliar proposta

As prefeituras de Vitória e Vila Velha vão avaliar a proposta do governo federal para subsídio das tarifas de ônibus. Para participar do projeto, que deve ser implantado no próximo ano, os municípios terão que assinar um convênio se comprometendo a subsidiar pelo menos 2% do valor da passagem.

O secretário de Transportes e Infra-estrutura Urbana de Vitória (Setran), Artur Augusto Oliveira Neves, disse que qualquer proposta que seja para diminuir a tarifa é bem-vinda e será discutida.

“Temos que analisar como o município entraria. Nossa inten-

ção é fazer com que a população volte a usar ônibus, reduzindo também o custo das empresas”, comentou.

Para isso, ele explicou que a Setran está fazendo um projeto para reestruturação do sistema, que deve ser concluído em três meses. O projeto, que pretende acabar com a sobreposição de linhas, e encurtar trajeto, inclui também a integração através da bilhetagem eletrônica.

Em Vila Velha, o secretário de Serviços Urbanos, Romário de Castro, disse que há uma predisposição da prefeitura em discutir a proposta, ouvindo o jurídico e a Secretaria da Fazen-

da para definir como seria a participação no projeto.

O secretário-geral do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros (Setpes), Jaime Carlos De Angeli, observou que, só em Vitória, o sistema perdeu 20 milhões de usuários nos últimos 15 anos, com queda de 32% na demanda. No País, a perda foi de 35%.

“As empresas estão trabalhando no limite e a medida é muito bem-vinda. Estamos lutando por isso há muito tempo. Tarifa mais barata e investimentos nos sistemas nos permitirão recuperar esses usuários”, ressaltou.



Ferraz: “É um índice baixo em relação à realidade nacional”